

**TEOLOGIA NEGRA: IMPULSO
PARA A LUTA ANTIRRACISTA NA
IGREJA E NA SOCIEDADE**

**BLACK THEOLOGY: AN IMPULSE
FOR ANTI-RACIST FIGHT IN THE
CHURCH AND IN SOCIETY**

Günter Bayerl Padilha

Graduado em Teologia pela Faculdades EST. Possui graduação em Ciências Social pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-graduação da Faculdades EST, bolsista CAPES. E-mail: gunterpailha@gmail.com

Resumo: Este artigo problematizará a naturalização do racismo na sociedade brasileira e, também, as questões pertinentes ao mito da democracia racial juntamente com o racismo estrutural. Para tanto, se valerá da revisão bibliográfica para apresentar os motivos que levam a população brasileira a acreditar que existe uma convivência harmônica entre as etnias e, por vezes, declare que não há racismo no Brasil. Além disso, se fará um percurso com o objetivo de encontrar a conexão entre racismo e igreja e, assim, verificar as contribuições bíblico-teológicas que fundamentaram tanto a escravização quanto o projeto colonizador europeu. Assim sendo, se apresentará a necessidade da Igreja descolonizar seu fazer teológico, colocando-se ao lado das pessoas discriminadas e marginalizadas. Para que deste modo, seja elaborada algumas estratégias de enfrentamento ao racismo. Então, apresentará alguns pressupostos da Teologia Negra elaborada por James Cone que advoga ser necessário que a Igreja enfrente o racismo e o denuncie como pecado. Neste sentido, a luta antirracista exige das igrejas uma abordagem teológica que revele para a sociedade o racismo como crime e pecado. Portanto, a Teologia Negra apresenta para as pessoas negras os fundamentos teológicos para que elas sejam protagonistas da luta antirracista na igreja e sociedade.

Palavras-chave: Racismo. Igreja. Teologia Negra.

Abstract: This article will discuss the naturalization of racism in Brazilian society and the issues related to the myth of racial democracy together with structural racism. To this end, it will use a bibliographic review to present the reasons that lead the Brazilian population to believe that there is harmonious coexistence between ethnic groups and, at times, declare that there is no racism in Brazil. In addition, it will take a path with the objective of finding the connection between racism and the church and, thus, verify the biblical-theological contributions that underpinned both slavery and the European colonizing project. Therefore, it will present the need for the Church to decolonize its theological work, placing itself on the side of discriminated and marginalized people. In this way, it will build some strategies to confront racism. Then, it will present some assumptions of Black Theology developed by James Cone, which advocates that the Church needs to confront racism and denounce it as a sin. In this sense, the anti-racist struggle requires churches to adopt a theological approach that reveals racism to society as a crime and sin. Therefore, Black Theology presents Black people with the theological foundations so that they can be protagonists of the anti-racist struggle in the church and society.

Keywords: Racism. Church. Black Theology.

INTRODUÇÃO

O presente artigo problematiza, num primeiro momento, a naturalização do racismo na sociedade brasileira. Para tanto, percorre um caminho teórico de revisão bibliográfica, que aponta para aspectos relevantes no processo de construção das narrativas capazes de apresentar a perfeita harmonia racial no Brasil, mesmo que, na verdade, a realidade cotidiana do povo brasileiro seja de interações sociais permeadas pelo racismo estrutural.

No segundo momento, será abordada a questão da relação entre racismo e Igreja. Para tanto, se apresentará algumas das justificativas bíblico-teológicas responsáveis por sustentar o processo de colonização e escravização das populações do continente africano, asiático e americano. Enfim, o genocídio dos povos originários e a escravização praticado pelo Estado somente foi possível porque houve a participação da Igreja, que percebia na escravização a salvação da alma das pessoas pagãs e sem espírito.

Na terceira parte se abordará a necessidade da Igreja decolonizar seu fazer teológico para que possa contribuir com o processo de libertação das pessoas negras que sofrem racismo. Neste ponto, se enfatizará as contribuições da Teologia Negra para sustentar as lutas antirracistas. Isto porque a Teologia Negra oferece fundamentação teológica para que, em nome de Deus, seja realizada a denúncia de que o racismo é crime e pecado.

A NATURALIZAÇÃO DO RACISMO

A sociedade brasileira naturaliza o racismo¹. Esta naturalização é percebida no cotidiano e nas narrativas de pessoas que possuem projeção na mídia nacional que defendem, sem constrangimentos, não existir racismo no Brasil. Um representante desta ideia é Dom Bertrand de Orleans e Bragança, trineto do imperador Dom Pedro II que, durante a realização de seminário promovido pelo Itamarati, defendeu não haver conflitos raciais no Brasil como existem em outros

¹ SILVA, Fernanda Pinheiro de Souza e. *Genocídio racial no Brasil: uma análise crítica do discurso sobre naturalizações do racismo*. Curitiba: Appris, 2022.

países². Na mesma linha de raciocínio segue o Vice-Presidente do Brasil, na ocasião, Hamilton Mourão, que declarou: “[...] para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil”³.

Diante das reiteradas tentativas de negar o racismo na sociedade brasileira é importante dar atenção ao que Schwarcz⁴ pondera sobre sua naturalização. A autora considera que ele é jogado para o plano individual, desta maneira, isenta o Estado de uma política discriminatória, portanto, o racismo inexistente. No entanto, ela alerta que pesquisas realizadas, em São Paulo, nos anos de 1995 e 1998, revelam que as pessoas entrevistadas afirmam haver preconceito contra negros no Brasil. Entretanto elas não são racistas, mas, sim, as outras pessoas: namorados e amigos íntimos. Schwarcz é conclusiva: “Todo brasileiro parece se sentir, portanto, como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados”.

Por sua vez, Sílvia Almeida⁵, considera que o processo pelo qual se dá a naturalização do racismo, no imaginário social, tem a ver com a cultura popular como transmissora das teorias racistas, geradas pelas classes dominantes, para as demais classes sociais. Desse modo, a ideologia racista da “democracia racial” é inculcada na sociedade. Logo, a ideia de que no Brasil se vive uma democracia racial, de certo modo, dá sentido para as relações sociais cotidianas e, por esta razão, as práticas racistas são naturalizadas.

Segundo Schwarcz⁶, no Brasil, frutificou a ideia de que o racismo não existe porque no processo de construção do Estado nacional não houve oficialmente, após a abolição da escravidão, a segregação racial, como por exemplo, aconteceu nos Estados Unidos e na África do Sul. Assim sendo, no imaginário brasileiro a sociedade brasileira é formada por um mosaico racial harmônico e o Brasil é tido como uma

² FERNANDO, Augusto. “Príncipe Imperial” do Brasil diz que não há racismo no país. *Correio Braziliense*, 16 jun. 2020. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/06/16>. Acesso em: 13 maio 2021.

³ MAZUI, Guilherme. ‘No Brasil, não existe racismo’, diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. *G1*, 20 nov. 2020. n.p. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2024.

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na socialização brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 30-31.

⁵ ALMEIDA, Sílvia Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo. Sueli Carneiro; Jandaia, 2020. p. 71.

⁶ SCHWARCZ, 2012, p. 41-42.

nação de mestiços que vivem de modo pacífico; e o passado escravagista é apagado da memória nacional.

A ideia de que, no Brasil, as diferentes etnias e classes sociais vivem num paraíso racial, na verdade, escondem conflitos advindos das práticas racistas cotidianas. Por esta razão, é necessário um olhar crítico para as teorias que buscam caricaturar as relações sociais brasileiras como sendo serenas, sem discriminação e preconceito. Segundo Djamila Ribeiro⁷, o mito da “democracia racial”, é uma tese defendida por Gilberto Freyre, no livro “Casa-grande & Senzala”, contra o racismo científico. Entretanto, é necessário olhar para ela de maneira crítica para não a isentar de sua pretensão de harmonizar os conflitos existente entre os ocupantes da Casa-grande e das Senzalas. Além disso, a autora, ressalta que o mito da “democracia racial” preserva elementos que desautoriza a luta antirracista e, conseqüentemente, fomenta a ideia que o racismo foi superado pela sociedade deixando livre o Estado e as instituições para continuarem perpetuando o racismo estrutural. Para Sueli Carneiro “[...] o discurso que molda as relações raciais é o mito da democracia racial”⁸. Por este motivo Schwarcz arremata: “Se a democracia racial não é uma realidade, é com certeza uma ótima utopia para imaginar”.⁹

Cida Bento faz uma denúncia contundente ao mito da democracia racial ao lembrar que:

Na falácia de que o Brasil era o ‘país da democracia racial’, estava a ideia de que as oportunidades eram iguais para todos, e, dessa forma, aqueles que não conseguiam êxito eram incompetentes ou despreparados. Nestes residiria o problema, e não na sociedade e em suas instituições.¹⁰

Logo, Jessé Souza¹¹ alerta para o perigo dos mitos é que eles se transformam em ideologia nacional. Porque o “mito da democracia racial” funciona como uma máscara que esconde a verdadeira face da sociedade brasileira permitindo que ele seja

⁷ RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 18-20.

⁸ CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racionalidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. p. 50.

⁹ SCHWARCZ, 2012, p. 86.

¹⁰ BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 97.

¹¹ SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. p. 234.

praticado de “boa consciência”, pois a população se identifica positivamente com o mito que valoriza a mestiçagem como um produto único e de uma plasticidade cultural singular.

Neste sentido, a partir de 1930, valores étnicos são transformados em elementos do discurso oficial que visa transformar alguns elementos de identidade afro em valores nacionais, concretizando, deste modo, a democracia racial. Como afirma Schwarcz:

Esse é o caso da feijoada, naquele contexto destacada como um ‘prato típico da culinária brasileira’. A princípio conhecida como ‘comida de escravos’, a feijoada se converte em ‘prato nacional’, carregando consigo a representação simbólica da mestiçagem. O feijão (preto ou marrom) e o arroz (branco remetem metaforicamente aos dois grandes segmentos formadores da população. A eles se juntam os acompanhamentos – a couve (o verde das nossas matas), a laranja (a cor de nossas riquezas). Temos aí um exemplo de como elementos étnicos ou costumes particulares viram matéria de nacionalidade. Era, portanto, numa determinada cultura popular e mestiça que se selecionavam os ícones desse país: da cozinha à oficialidade, a feijoada saía dos porões e transformava-se num prato tradicional.¹²

Segundo Jessé de Souza¹³, na tentativa de conferir uma nova autoestima ao povo brasileiro os intelectuais, artista e políticos se uniram para fazer com que a ideologia da democracia racial se tornasse um projeto nacional de brasilidade em que se interditava o racismo explícito na esfera pública para que o país respirasse novos ares de democracia e progresso. Por isso, Fanon alerta: “A questão é saber se é possível para o negro superar seu sentimento de inferioridade, [...]”.¹⁴ Para Jessé de Souza¹⁵ a superação do sentimento de inferioridade é complexa devido aos diversos mecanismos simbólicos que mantêm o racismo e conferem a ele legitimidade. Deste modo, as pessoas oprimidas são convencidas de sua inferioridade.

No que diz respeito a superação da inferioridade das pessoas negras, Camila Moreira de Jesus, considera que é necessário desconstruir a superioridade branca para que o racismo deixe de ser naturalizado, a autora afirma:

Desconstruir padrões normativos de superioridade que permeiam o imaginário e geram ações concretas se torna uma tarefa árdua,

¹² SCHWARCZ, 2012, p. 58-59.

¹³ SOUZA, 2021, p. 236-237.

¹⁴ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: EBU Editora, 2002. p. 65.

¹⁵ SOUZA, 2021, p. 216-217.

principalmente quando a vantagem estrutural se solidifica em campos vitais para a sobrevivência em sociedade. Nesse ponto, não há como deixar de problematização como a categoria classe, atravessada pela desigualdade operante, influência na construção das relações individuais e em grupo.¹⁶

Por este motivo, a perpetuação do racismo e a naturalidade com que é praticado está imbricado com a maneira como as instituições e o Estado reproduzem os ideais racistas. Para Silvio Almeida, [...] “o racismo é um dos modos como Estado e as demais instituições estendem o seu poder sobre toda a sociedade.”¹⁷ Na mesma direção segue o argumento de Diangelo¹⁸, que acredita ser a supremacia branca nos Estados Unidos da América uma estrutura de poder político e econômico baseada em pressupostos racistas, que privilegia os brancos como grupo social. Portanto, é a estrutura racista que, desproporcionalmente, privilegia e enriquece as pessoas brancas. Além disso, cria um imaginário social negativo das pessoas de “cor” e as qualificam como inferiores.

Logo, a concepção do racismo como estrutural permite identificá-lo como parte do processo de socialização de uma sociedade e não como algo individualizado e pessoal. O racismo faz parte da estrutura da sociedade e exerce influência sobre a política, a economia, o judiciário, o lazer, a religião e a família. Isto significa que o racismo é uma ideologia que se reinventa ao longo da história e se faz presente de forma concreta nas interações cotidianas dos grupos e indivíduos que compõem a sociedade. Por isso, Sílvia Almeida afirma: “[...] seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente [...]”¹⁹.

Por esta razão, Djamila Ribeiro²⁰ defende que é necessário se debater as produções audiovisuais e o lugar subalterno que os personagens negros ocupam nas novelas, nos filmes e nos programas humorísticos. Normalmente, os atores negros e

¹⁶ JESUS, Camila Moreira de. A persistência do privilégio da brancura: notas sobre os desafios na construção da luta antirracista. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). *Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017. p. 69-87. p. 70.

¹⁷ ALMEIDA, 2020, p. 45.

¹⁸ DIANGELO, Robin J. *Não basta não ser racista: sejamos antirracistas*. São Paulo: Faro Editorial, 2018. p. 59.

¹⁹ ALMEIDA, 2020, p. 67.

²⁰ RIBEIRO, 2019, p. 73.

atrizes negras atuam em papéis marcados pelos estereótipos da população: empregadas, motoristas, bandidos e outros.

Ao seu modo, a produção cultural e as mídias naturalizam as violências física e simbólica que as estruturas sociais impõem para a população negra. Desta maneira, o racismo vai compondo o imaginário brasileiro, conseqüentemente, as práticas racistas vão sendo naturalizadas, sem que as pessoas que sofrem o racismo tenham consciência dele ou tenham condições de identificar o racismo em determinadas falas, piadas e atitudes. Isto porque os mitos e as produções culturais conectam os valores estruturais aos sentidos coletivos, principalmente, nas sociedades que são resultado do colonialismo.

RACISMO E IGREJA

Diante da rede de sentidos que conectam as pessoas à estrutura social surgem a pergunta: A Igreja é racista? Para conseguirmos uma resposta plausível para esta pergunta é necessário que se tenha claro aquilo que Silvo Almeida nos lembra: “[...] o racismo é um dos modos pelo qual o Estado e as demais instituições estendem o seu poder sobre toda a sociedade. Também cabe lembrar que as sociedades estão alicerçadas na religião e, no caso do Ocidente, o cristianismo é este alicerce”²¹. Laurentino Gomes, em seu livro “Escravidão”, esclarece:

O envolvimento da Igreja com a escravidão era antigo e bem anterior ao tráfico de africanos para a América. A expulsão dos mouros da Península Ibérica, no século XV, inundou a região do Mediterrâneo de cativos mulçumanos capturados pelos cristãos. Cerca de 10 mil foram escravizados na queda de Málaga, em 1487. Outros milhares de cativos foram tomados pelos espanhóis no ataque a Tripoli, na Líbia, em 1510. Esses escravos eram usados nos trabalhos mais árduos e perigosos, como as venenosas minas de mercúrio de Almadén, na Espanha, e as pedreiras do sul da Itália. [...] Duas Ordens de cavaleiros cristãos nascidas durante as cruzadas especializaram-se em escravizar mulçumanos no Mediterrâneo. Tinham frotas que atacavam barcos, navios e cidades islâmicas.²²

²¹ ALMEIDA *apud* BUENO, Rogério Donizete. Continente africano: de protagonista na propagação do evangelho a escravizado em nome de Deus. In: JOÃO, Emiliano Jamba Antônio; BUENO, Rogério Donizete (org.). *Teologia e negritude: os deslocamentos da Teologia a partir das experiências negras*. São Paulo: Recriar, 2019. p. 17-31. p. 17.

²² GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. Vol. I. p. 342.

Durante o processo histórico da escravização foi necessário que a igreja justificasse teologicamente tal prática. Segundo Bueno²³, o projeto colonial racista encontrou em Gênesis o embasamento bíblico para a escravidão; mais precisamente, no capítulo nove, quando para Cam é dirigida uma maldição por ele ter praticado atos desrespeitosos contra Noé, seu pai. Bell hooks esclarece: “[...] pessoas negras eram escravizadas devido a maldição bíblica de Cam, segundo a qual Deus, ‘ele mesmo’ decretou que elas seriam lenhadoras, lavradoras e responsáveis por carregar a água[...]”²⁴. Além da fundamentação bíblica para a escravização, segundo Gomes²⁵, a Igreja, por meio das bulas *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex*, de autoria do papa Nicolau V, autorizava a escravização dos mulçumanos e das populações da África e da Ásia. Nelas as formulações teológicas e filosóficas justificavam a escravização como método de conversão e meio para salvar a alma dos pagãos cativos.

A escravização foi sendo apresentada pela Igreja como uma ação caridosa que tinha como principal objetivo salvar as almas das pessoas que habitavam o continente africano, asiático e americano, como enfatiza Jessé de Souza:

O padre Vieira interpreta o tráfico negreiro como um milagre de Nossa Senhora do Rosário, que caridosamente resgata os negros do paganismo africano para que possam ser salvos no Brasil cristão e católico. Assim é a própria tarefa evangelizadora, ou seja, quase um dever moral de salvar almas, que passa a exigir e justificar o monopólio luso-brasilico do tráfico de africanos. Vemos aqui uma primeira aproximação com a ideia, que depois seria adotada pela Europa como um todo, do peso moral, do dever de ‘civilizar’ os povos primitivos da banda do Sul do planeta, especificamente a África, mas também a América latina e a Ásia. [...] O prêmio pelo trabalho na escravidão seria dado em outra vida, pela salvação eterna que os tornaria ‘espírito’ finalmente.²⁶

O cristianismo serviu para justificar a escravização perante a sociedade das metrópoles e, ao mesmo tempo, com seu discurso teológico submeteu as pessoas escravizadas à obediência e ao serviço dos senhores. A igreja integrou o projeto político-econômico do Estado colonialista legitimando a dominação colonial e

²³ BUENO, 2019, p. 27.

²⁴ HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. Trad. de Bhuvli Libanio. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020. p. 194.

²⁵ GOMES, 2019, p. 343.

²⁶ SOUZA, 2021, p. 138.

silenciando a voz das pessoas colonizadas.²⁷ Neste sentido, Panotto afirma: “La teología crea universos de sentido, formas de vivir la espiritualidade y marcos interpretativos de lo que sucede em el mundo.”²⁸ Assim sendo, a teologia é responsável por criar uma cosmopercepção tanto para os colonizadores quanto para os colonizados.

Segundo Lélia Gonzáles²⁹, a ideologia da colonização é internalizada nos grupos racialmente subordinados que aceitam sua inferioridade e reconhecem o branco como dominante. Para Silvio Almeida o racismo não poderia ser reproduzido se não fosse alimentado pelas estruturas estatais que classificam as pessoas e as dividem em grupos ou classes sociais. O autor é categórico: “Os regimes colonialistas e escravista, o regime nazista, bem como o regime do *apartheid* sul-africano não poderiam existir sem a participação do Estado e as outras instituições como escola, igrejas e meios de comunicação”³⁰.

James Cone, em sua elaboração da “Teologia Negra”, considera que os teólogos brancos ao autorizarem a escravidão tornaram o cristianismo compatível com as estruturas que dão sustentabilidade ao racismo. O autor afirma: “[...] a teologia torna-se servo do Estado e isso só pode significar morte para as pessoas negras”.³¹ Esta também é a compreensão de Beozzo³² ao constatar que o cristianismo serviu para submeter as pessoas escravizadas à obediência e ao serviço dos senhores. Deste modo a igreja passou a integrar o projeto político-econômico do Estado colonialista a partir do seu fazer teológico, que legitimava a dominação colonial e a escravização. Inclusive, a igreja passa a possuir pessoas escravizadas.

²⁷ GONÇALVES, Alonso S. Revelação, decolonialidade e religiões ameríndias. *Reflexus*, Vitória, ano XIV, n. 23, p. 291-306, jan./jun. 2020. p. 295.

²⁸ PANOTTO, Nicolás. *Política como signo de los tiempos: religiones, democracias y estalidos Sociales em clave teológico-política*. Buenos Aires: Poliedro Editorial, 2022. p. 58. A teologia cria universos de sentidos, formas de viver a espiritualidade e marcos interpretativos do que acontece no mundo. (Tradução própria).

²⁹ GONZÁLES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 186.

³⁰ ALMEIDA, 2020, p. 87.

³¹ CONE, James H. *Teologia Negra*. 2. ed. São Paulo: Recriar, 2020. p. 56.

³² BEOZZO, José Oscar. O evangelho e escravidão na teologia latino-americana. In: RICHA, Pablo (org.). *Raízes da teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1987. p. 83-122. (Coleção libertação e teologia).

A escravidão trouxe um sofrimento imensurável para as pessoas negras escravizadas. Cone considera que o sofrimento das pessoas negras é produto do pensamento racista de pessoas brancas; ele afirma: “O sofrimento negro não é uma escolha, mas sim o resultado maléfico dos racistas brancos que acreditam ter a primeira, a última e a única palavra a respeito de como o mundo deve ser governado.”³³

O exposto por Cone encontra ressonância no pensamento crítico de Mbembe, que considera a escravidão como primeira manifestação da “biopolítica” porque faz com que a pessoa escravizada perca a sua humanidade. Esta perda se dá de forma tripla: “[...] perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta [...]”³⁴ Portanto, “O racismo é uma realidade violenta. Por séculos, ele tem sido fundamental para o fazer político da Europa, começando com os projetos europeus de escravização, colonização[...].”³⁵

Às vezes, quando se aborda a contribuição da igreja para a cristalização da escravização e do racismo, os holofotes estão voltados ao catolicismo. Porém Cone nos convida a perceber que o protestantismo também contribuiu, à sua maneira, para o projeto colonizador. O autor afirma:

A Reforma Protestante no século XVI pouco fez para mudar tal ênfase. A identificação de Lutero como os opressores da sociedade permitiu que ele falasse sobre o Estado como um servo de Deus ao mesmo tempo que os oprimidos eram torturados por este Estado. É impossível para os oprimidos que estão em busca de libertação pensarem no Estado como servo de Deus. Na maioria dos casos, o Estado é o responsável pela escravização humana, e por isso, é o inimigo de todos aqueles que lutam pela liberdade humana. A preocupação de Lutero com a ‘Lei e ordem’ em meio à opressão humana é seriamente questionada pela teologia negra. [...] Outros reformadores protestantes, em especial Calvino e Welsey, pouco fizeram para tornar o cristianismo uma religião para os politicamente oprimidos da sociedade.³⁶

³³ CONE, 2020, p. 177.

³⁴ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 27.

³⁵ KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 71.

³⁶ CONE, 2020, p. 93.

No que se refere aos imigrantes de tradição religiosa da Reforma, que chegaram ao Brasil a partir de 1824, a legislação brasileira proibia aos imigrantes de mão de obra escrava.³⁷ No entanto, esta proibição não impediu que alguns imigrantes fizessem uso da força de trabalho das pessoas escravizadas como esclarece Henrique Krause: “[...] em Nova Friburgo se tinha perdido inclusive a língua e a confissão dos pais. Muitos dos que para lá emigraram e seus descendentes já haviam adquirido grande riqueza por meio da exploração da escravatura.”³⁸

Considerando que o racismo é uma ideologia imbricada ao processo de escravização das populações do Sul global, conclui-se que sem a narrativa teológica que justificava a colonização e a inferioridade das pessoas que habitavam o continente africano, asiático e americano a biopolítica eurocentrada não teria êxito que teve na estruturação das colônias.

TEOLOGIA NEGRA E SEUS IMPULSOS ANTIRRACISTAS

O ser negro está ligado ao processo colonial racista que o transformou em mercadoria e o condenou a ser cidadão de segunda classe porque ele apenas existe em relação com o outro que o discriminou, denominou e escravizou. Além disso, o processo de submissão dele foi justificado através das narrativas bíblico-teológicas que afirmavam ser a escravização o único caminho para a salvação. Por esta razão, é necessário problematizar os aspectos teológicos ocidentais que conferem o lugar que as pessoas ocupam na estrutura social. Se por um lado as formulações teológicas podem justificar a dominação, por outro lado, a teologia tem condições de contribuir para decolonizar o ser, o saber e o poder.³⁹

Segundo Cunha, a teologia cristã é desafiada a se decolonizar e, assim, se sensibilizar com as cousas dos grupos sociais marginalizados e silenciados. A adoção

³⁷ DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo; Porto Alegre; Caxias do Sul: Sinodal; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1984. p. 27.

³⁸ KRAUSE, Henrique. *Sínodo luteranos no Brasil: história e confissão*. Blumenau: Ed. Otto Kuhr, 2023. p. 33.

³⁹ MENA-LÓPEZ, Maricel; CALLE, Claudia Pilar de la; IGLESIAS, Loida Sardiñas. *Bíblia e descolonização: Leituras desde uma hermenêutica bíblica negra e feminista de libertação. Mandrágora*, São Bernardo do Campo, vol. 24, n. 2, p. 115-144, 2018.

da teoria decolonial na produção teológica tem um sentido político, epistemológico e social. O autor afirma: “Toda ação e reflexão de resistência às iniciativas hegemônicas e colonizadoras são tidas como contra-hegemônicas e decoloniais. A tarefa decolonial consiste em pensar a partir de outras línguas e categorias de pensamento que estão além dos pensamentos ocidentais dominadores.”⁴⁰

Para Wanda Deifelt o fazer teológico decolonial tem buscado desconstruir conceitos teológicos coloniais a partir de questões de gênero, classe, raça e etnia. A autora considera que,

As teologias emergentes e contextuais – negra, campesina, indígena, queer, womanist, mujerista, feminista, pluralista, etc. – denunciam construções que justificam teologicamente ou sancionam divinamente práticas que são violentas, discriminatórias e que negam a integridade da criação. A existência destas teologias atesta que a realidade é multicultural, ou seja, que as culturas se apresentam de modo diverso, que há diferentes percepções de mundo e distintas linguagens para expressá-lo.⁴¹

Diante do apresentado, a Teologia Negra denuncia que os teólogos brancos são incapazes de relacionar o evangelho de Jesus ao sofrimento das pessoas negras escravizadas. Para Cone, a teologia branca constrói uma ideia abstrata e espiritual da vida de Jesus. Porém, a Teologia Negra acredita que Jesus Cristo é um evento concreto de libertação das pessoas oprimidas e ele age nas comunidades negras em defesa da dignidade das pessoas escravizadas. O autor afirma: “Jesus é o Cristo negro [...] A negritude de Cristo deixa explícita a definição dele como o **Encarnado**. Nele, Deus se torna a humanidade oprimida[...] Ao se tornar uma pessoa negra, Deus revela que a negritude não é o que o mundo diz ser.”⁴²

Neste sentido, a superação do racismo passa pela comunidade de fé, na qual as pessoas negras assumem sua identidade e compreendem o evangelho como libertador. Por este motivo, Boff⁴³ compreende que a experiência das pessoas negras com o sagrado tem muito para contribuir na construção de uma sociedade justa,

⁴⁰ CUNHA, Carlos Alberto Motta. Teologia do reconhecimento: provocações decoloniais e a ética do bem comum. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, vol. 58, n. 2, p. 294-312, jul./dez. 2018. p. 303.

⁴¹ DEIFELT, Wanda. Interculturalidade, negociação de saberes e educação teológica: Contribuições da Teologia Feminista. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, vol. 24, p. 2-9, jan./abr. 2011. p. 3.

⁴² CONE, 2020, p. 199. (grifo do autor)

⁴³ BOFF, Leonardo. *A voz do arco-íris*. Rio de Janeiro. Sextante, 2004. p. 104.

democrática e equitativa. As comunidades de fé poderão aportar significativamente para concretização de um projeto de libertação global em que todas as etnias convivam respeitando as diferenças. Isto porque o povo negro, historicamente, resistiu, sobreviveu e tem uma significativa experiência na luta contra o racismo porque jamais desistiu de lutar por libertação.

A Teologia Negra oferece fundamentação teológica para que, em nome de Deus, seja realizado o enfretamento ao racismo. Isto porque as Sagradas Escrituras revelam que Deus realiza seu projeto de libertação a partir das experiências das pessoas oprimidas, que tomam consciência de que são filhas de Deus, vitimadas pela escravidão e pela opressão do racismo. Além disso, a Teologia Negra defende que Deus estimula as pessoas negras para que assumam sua identidade, ou seja, valorizarem a negritude e pertença a comunidade de fé. Nas palavras de Aquino:

[...] há uma relação muito íntima do homem negro com Deus. Dizer isto é também desconstruir uma visão de que o negro é impossibilitado de ter uma relação real com o divino, [...] A Teologia Negra aproxima o corpo negro da fé cristã, permitindo ao povo preto contemporâneo e ao que vieram como precursores nesta teologia dizer que o cristianismo, de certa forma, é uma religião de matriz africana. Ela liberta o povo preto da necessidade de uma 'roupagem' eurocêntrica para se aproximar de Deus.⁴⁴

As comunidades cristãs devem diante da opressão e do racismo reafirmar o senhorio de Jesus Cristo. Para Cone isto se dará quando a comunidade de fé afirmar:

Não existe lugar ou pessoa que não seja sujeito ao seu governo. Além disso, como nem todos reconhecem Cristo como ele é, a missão da igreja é estar lá fora, não para endossar a opressão do mundo, mas como um representante visível da soberania de Cristo. O mundo é o lugar onde somos chamados para lutar contra o mal.⁴⁵

Segundo Peter T. Nash, as questões teológicas apresentadas por James Cone refletem a solidariedade de Deus em relação as pessoas negras oprimidas. Deus faz uma opção preferencial pelas pessoas negras.⁴⁶ Desta maneira a Teologia

⁴⁴ AQUINO, Diogo. Teologia Negra e a representatividade da identidade negra – desconstrução das fronteiras do racismo. In: ANTÔNIO JOÃO, Emiliano Jamba; BUENO, Rogério Donizete (org.). *Teologia e negritude: os deslocamentos da Teologia a partir da experiência negra*. São Paulo: Recriar, 2019. p. 169-181. p. 178-181.

⁴⁵ CONE, 2020, p. 216.

⁴⁶ NASH, Peter T. *Relendo raça, Bíblia e religião*. Trad. de Marie Ann Krahn e André S. Musskopf. São Leopoldo: CEBI, 2005. p. 57.

Negra oferece fundamentação bíblica para que a comunidade de fé, em nome de Deus, realize o enfrentamento ao racismo. Isto porque, segundo Cone as Sagradas Escrituras revelam que Deus realiza seu projeto de libertação a partir das experiências das pessoas oprimidas, que tomam consciência de que são filhas de Deus, vitimizadas pela escravidão e pela opressão do racismo. Para Cone, ser discípulo do Cristo é tornar-se negro ou negra como o próprio Cristo é negro. E ser a igreja é ser a manifestação visível do evangelho. Por esta razão a igreja deve viver aquilo que prega.⁴⁷ Neste sentido Estendar afirma:

O fazer teológico desde o contexto é um esforço hermenêutico pelo qual a Igreja de Cristo no mundo é chamada a exercer continuamente, pois a mensagem do evangelho precisa se encarnar dentro da vivência do contexto onde se encontra a comunidade de fé.⁴⁸

Neste sentido, a Teologia Negra compreende que o enfrentamento ao racismo exige uma abordagem teológica que auxilie as igrejas a compreenderem-no como algo que está em oposição à vontade divina, porque o racismo promove o rompimento da comunhão entre os seres humanos e, ao mesmo tempo, classifica pessoas como sendo desprovidas da imagem de Deus. Isto é pecado. Além disso, a Teologia Negra oferece elementos que impulsionam a comunidade a estabelecer diálogo com a sociedade afim de desnaturalizar as práticas racistas e denunciá-las como crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país que carrega as marcas indeléveis da escravidão e do racismo. Após a abolição da escravidão e da Proclamação da República entra em cena a ideologia do embranquecimento e da mestiçagem para reforçar a ideologia racista. No entanto, em nenhum momento a segregação racial foi oficializada como política de Estado. Mesmo assim, o racismo foi estruturando a sociedade brasileira e várias estratégias foram utilizadas para negá-lo. Entre elas, pode-se afirmar, a mais

⁴⁷ CONE, 2020.

⁴⁸ ESTENDAR, Júlio Macuva. As sagradas escrituras como uma abertura à revelação de Deus: o princípio reformador “sola scriptura” e sua relevância para o paradigma epistemológico da teologia contextual africana. In: ANTÔNIO JOÃO, Emiliano Jamba; BUENO, Rogério Donizete (org.). *Teologia e negritude: os deslocamentos da Teologia a partir da experiência negra*. São Paulo: Recriar, 2019. p. 65-89. p. 79.

expressiva é a teoria da “democracia racial”, que advoga que no Brasil não exista conflitos raciais, por tanto, não há racismo. Infelizmente, a realidade é outra, o racismo está presente no dia a dia do povo brasileiro.

A ideia da “democracia racial” tem aceitação por grande parte da sociedade brasileira. Entretanto, é preciso considerar que, mesmo sem segregação oficial, o Brasil é um país estruturado a partir do racismo e que a cor da pele é um fator relevante para as interações sociais e para a mobilidade social. Isto significa que os corpos negros têm lugar pré-estabelecido no tecido social do país. O racismo é uma realidade que as pessoas sentem e, ao mesmo tempo, negam. Ele é determinante nas relações sociais, está presente nas instituições, como por exemplo na igreja. Porque foi ela que por meio de fundamentações bíblico-teológicas autorizou e justificou a colonização e escravização das pessoas negras, asiáticas e indígenas.

Por esta razão, existe a necessidade da Igreja decolonizar o seu fazer teológico. A Teologia Negra tem oferecido caminhos de abertura para o estabelecimento de diálogos afim de que as comunidades de fé abordem as questões relacionadas ao racismo de forma sincera e promovam ações antirracistas no âmbito eclesial e na sociedade. A contribuição da Teologia Negra para o enfrentamento do racismo se dá, principalmente, na sua capacidade de questionar a ideologia da sociedade estruturada sobre os pilares da supremacia branca. Soma-se a esta particularidade a capacidade de produzir sentido religioso para as lutas antirracistas. Ela convida os excluídos e oprimidos à revolução para que seja estabelecida uma nova ordem marcada pela equidade de oportunidades e direitos.

Portanto, a Teologia Negra ressignifica a subalternidade frente às estruturas racistas e promove a desconstrução da naturalização da negação da existência do racismo. Ela alimenta a autoestima das pessoas negras e as convida para uma efetiva luta antirracista, que possibilita a libertação das pessoas negras e, conseqüentemente, o surgimento de uma sociedade em que todas as pessoas têm dignidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo. Sueli Carneiro; Jandaia, 2020.

AQUINO, Diogo. Teologia Negra e a representatividade da identidade negra – desconstrução das fronteiras do racismo. In: ANTÔNIO JOÃO, Emiliano Jamba; BUENO, Rogério Donizete (org.). *Teologia e negritude: os deslocamentos da Teologia a partir da experiência negra*. São Paulo: Recriar, 2019. p. 169-181.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEOZZO, José Oscar. O evangelho e escravidão na teologia latino-americana. In: RICAR, Pablo (org.). *Raízes da teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1987. p. 83-122. (Coleção libertação e teologia).

BOFF, Leonardo. *A voz do arco-íris*. Rio de Janeiro. Sextante, 2004.

BUENO, Rogério Donizete. Continente africano: de protagonista na propagação do evangelho a escravizado em nome de Deus. In: JOÃO, Emiliano Jamba Antônio; BUENO, Rogério Donizete (org.). *Teologia e negritude: os deslocamentos da Teologia a partir das experiências negras*. São Paulo: Recriar, 2019. p. 17-31.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racionalidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CONE, James H. *Teologia Negra*. 2. ed. São Paulo: Recriar, 2020.

CUNHA, Carlos Alberto Motta. Teologia do reconhecimento: provocações decoloniais e a ética do bem comum. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, vol. 58, n. 2, p. 294-312, jul./dez. 2018.

DEIFELT, Wanda. Interculturalidade, negociação de saberes e educação teológica: Contribuições da Teologia Feminista. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, vol. 24, p. 2-9, jan./abr. 2011.

DIANGELO, Robin J. *Não basta não ser racista: sejamos antirracistas*. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo; Porto Alegre; Caxias do Sul: Sinodal; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1984.

ESTENDAR, Júlio Macuva. As sagradas escrituras como uma abertura à revelação de Deus: o princípio reformador “sola scriptura” e sua relevância para o paradigma epistemológico da teologia contextual africana. In: ANTÔNIO JOÃO, Emiliano Jamba; BUENO, Rogério Donizete (org.). *Teologia e negritude: os deslocamentos da Teologia a partir da experiência negra*. São Paulo: Recriar, 2019. p. 65-89.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: EBU Editora, 2002.

FERNANDO, Augusto. “Príncipe Imperial” do Brasil diz que não há racismo no país. *Correio Braziliense*, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/06/16>. Acesso em: 13 maio 2021.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. Vol. I.

GONÇALVES, Alonso S. Revelação, decolonialidade e religiões ameríndias. *Reflexus*, Vitória, ano XIV, n. 23, p. 291-306, jan./jun. 2020. p. 295.

GONZÁLES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Trad. de Bhuvi Libanio. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

JESUS, Camila Moreira de. A persistência do privilégio da brancura: notas sobre os desafios na construção da luta antirracista. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). *Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017. p. 69-87.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRAUSE, Henrique. *Sínodo luteranos no Brasil: história e confissão*. Blumenau: Ed. Otto Kuhr, 2023.

MAZUI, Guilherme. ‘No Brasil, não existe racismo’, diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. *G1*, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourão-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2024.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENA-LÓPEZ, Maricel; CALLE, Claudia Pilar de la; IGLESIAS, Loida Sardiñas. Bíblia e descolonização: Leituras desde uma hermenêutica bíblica negra e feminista de libertação. *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, vol. 24, n. 2, p. 115-144, 2018.

NASH, Peter T. *Relendo raça, Bíblia e religião*. Trad. de Marie Ann Krahn e André S. Muszkopf. São Leopoldo: CEBI, 2005.

PANOTTO, Nicolás. *Política como signo de los tiempos: religiones, democracias y estalidos Sociales em clave teológico-política*. Buenos Aires: Poliedro Editorial, 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na socialização brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Fernanda Pinheiro de Souza e. *Genocídio racial no Brasil: uma análise crítica do discurso sobre naturalizações do racismo*. Curitiba: Appris, 2022.

SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.